

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0463

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

#### LEI Nº 2.414/2013

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a proceder a Doação com encargos de Imóvel sem benfeitorias de propriedade do Município, à Empresa APLIK INDÚSTRIA E COM. DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA-ME, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RICARDO ANTONIO ORTIÑA, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º—Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a DOAÇÃO COM ENCARGOS do Lote Urbano n.º 04 da Quadra n.º 198, situado de frente para a Rua Teresina (antiga n.º 02), a 40,00m, da esquina com a rua Jacarezinho (antiga n.º 05), do Loteamento denominado “Bairro Industrial III” da Planta Geral desta cidade e Comarca de Santo Antonio do Sudoeste, com área de 3.000,00m.<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), cujos limites e confrontações, encontram-se descritos na Matrícula n.º 17.718, do Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca de Santo Antonio do Sudoeste – PR. (doc. em anexo), cujo imóvel pertence ao Patrimônio Público Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, para a empresa, APLIK INDÚSTRIA E COM. DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.776.888/0001-09, localizada na Rua Teresinha, n.º 65, Bairro Imbaúva, Município de Santo Antonio do Sudoeste (PR), objetivando a ampliação da empresa no ramo de Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura.

Artigo 2º—A concessão da Doação com Encargos objeto desta lei é estabelecida em conformidade com a Lei n.º 1.593/2003 e Lei n.º 2.381/2013.

Artigo 3º—Os encargos relativos ao objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal n.º 1.593, de 28 de abril de 2003, no que não for conflitante com o ora estabelecido, bem como não contrarie a lei complementar n.º 101/2000, devendo no contrato constar no mínimo as seguintes condições:

- I. A área de construção será de no mínimo de 300,00 m<sup>2</sup>;
- II. O prazo máximo de conclusão das obras, não poderá exceder a 12 (dode) meses, contados da data da lavratura da escritura pública de que trata a presente Lei.
- III. O percentual mínimo de funcionamento da atividade, não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) da capacidade produtiva instalada;
- IV. O número mínimo de 18 (dezoito) empregados;
- V. A cláusula de intrasferibilidade sem a prévia anuência do município.

Artigo 4º—Reverterá o imóvel e benfeitorias ao Patrimônio Público Municipal com os acréscimos nele constantes, sem qualquer indenização à concessionária, na hipótese em que a mesma, por qualquer motivo, deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, ou descumprir qualquer cláusula da presente lei.

§ 1º—Os encargos e a cláusula de reversão a que alude o “caput” deste artigo poderão ser substituídos por outras garantias capazes de assegurar o cumprimento das obrigações dos beneficiários, podendo estes serem garantidos por terceiros alheios ao benefício recebido.

§ 2º—Dentre as garantias que podem ser oferecidas constam à ação, hipoteca ou penhora de bens.

§ 3º—Os encargos para garantia do município, conforme prevê o parágrafo anterior, poderão ser substituídos por outros bens, nunca de menor valor e garantia, ouvindo nesta hipótese a Comissão Coordenadora dos Incentivos constantes no artigo 4º. (art. 14. Da Lei Municipal n.º 1.593/2003).

Artigo 5º—Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, 29 DE OUTUBRO DE 2.013.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTIÑA

Prefeito Municipal

Doc72412